ARQUITETURA SOLIDÁRIA: RECUPERANDO VIDAS E PRÉDIOS ABANDONADOS

Aluna: Carolina Campos Freire - Orientador: Carlos Eduardo Verzola Vaz

Motivação

Dentro das diversas questões que abrangem a compreensão e execução da arquitetura, uma em especial sempre me chamou atenção, mesmo antes de ingressar no curso. O direito à habitação está descrito na Constituição, no entanto, na prática ele não pode ser garantido à todos. Existe uma parcela da população que é tomada como invisível pela maior parte do restante. Essa população é a população em situação de rua.

A abordagem do tema, de cunho extremamente social, me pareceu pertinente desde o início deste trabalho, porque é uma realidade e como tal, não deve ser ignorada. A intenção deste projeto é a de criar meios de promover o acesso à uma vida fora das ruas, assim como a de permitir que esta população tenha voz, possa expor suas histórias através da expressão individual, social, artística, etc. E, principalmente, a intenção deste projeto é de quebrar as barreiras entre esta população e o resto da sociedade, e com isto integrá-las.

A constante indiferença e segregação com relação à população em situação de rua pela maior parte da sociedade, assim como a grande falta de empatia e humanidade e a violência diante dos mesmos, somados a vontade de intervir e mudar essa realidade foram as principais motivações para o início desse Trabalho de Conclusão de Curso. Outra grande motivação para a execução deste trabalho é a intenção de expor para o público geral, os indivíduos em situação de rua como o que são: nossos semelhantes. A humanização da imagem dessas pessoas, buscada através da revelação de suas histórias é outra grande motivação e objetivo a ser alcançado através deste trabalho.

Arquitetura Hostil

O termo arquitetura hostil se refere a uma realidade que já existe desde o nascimento das cidades, mas que vem sendo cada vez mais observada no desenho urbano das cidades atuais e acaba por ditar o caráter do espaço público. Ao prestarmos atenção nos aspectos dessa arquitetura, podemos perceber sua natureza extremamente regrada, avessa aos usos que não cumprem seu propósito, dentre eles, o uso dado pela população em situação de rua. Com relação aos moradores de rua, a arquitetura hostil é polêmica por retratar uma realidade na qual é preferível investir em meios de "higienizar" o espaço público e impossibilitar a ocupação pela população em situação de rua, do que investir em ajudar a mesma.

Ela deixa bem clara a visão que prevalece dentro da cidade: a exclusão, indiferença e negação de uma população sem recursos. A existência dessa prática beira ao desumano. Para a arquitetura hostil, a população de rua não é vista como cidadã, e desse modo, tende a negar seu direito à cidade por considerar a prática de ocupação dos espaços públicos como desagradável e inadequada. De modo irônico, resulta por gerar o desconforto na cidade não apenas para os moradores de rua, mas para os outros usuários do espaço público no geral.

Desse modo, a arquitetura hostil, anti indivíduos em situação de rua que temos nos dias de hoje, tende a gerar uma maior vulnerabilidade dessa população e a criar o ideal de ˜controle˜ dos espaços públicos por aqueles que vêem o morador de rua como uma ameaça ou o associam ao perigo nas cidades.

Desconstruir o estigma

A definição de estigma pelo dicionário o descreve como uma marca física deixada no corpo, uma cicatriz ou sinal de nascença. No sentido religioso, os estigma são as marcas feitas no corpo para representar as marcas de Jesus Cristo ao ser crucificado. No sentido figurado, a palavra estigma pode ainda adquirir o significado de algo que é impuro, indigno e até mesmo desonroso.

No âmbito social, um estigma pode surgir a partir do não preenchimento de certas exigências sociais baseadas em preconcepções do que é tratado como "normal". Ou seja, aquilo que difere da realidade amplamente aceita e vivida por pessoas "normais", não-estigmatizadas, pode ser tido como um estigma. O que não se encaixa em um padrão social cultural, pode então ser facilmente tomado como estigma, de acordo com Goffman:

"Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real."
(pag.12 Estigma- Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada)

A descrição citada de estigma social pode ser facilmente associada à situação que ocorre atualmente com relação à população em situação de rua e que esse trabalho busca expor. Ao se desligar as noções relacionadas à normalidade das pessoas em situação de rua, acaba-se por estigmatizar todos que vivem essa realidade. Consequentemente, são construídas imagens que podem ou não ser verdadeiras e que passam a abranger todos os indivíduos dentro de um estigma. Essa situação é observada com relação às pessoas que estão na rua, quando percebe-se pela maior parte do restante da sociedade os sentimentos de: insegurança, cautela e até mesmo repudia quando expostos aos indivíduos em situação de rua. Sentimentos esses incorporados devido à fabricação de identidade dada pelo estigma.

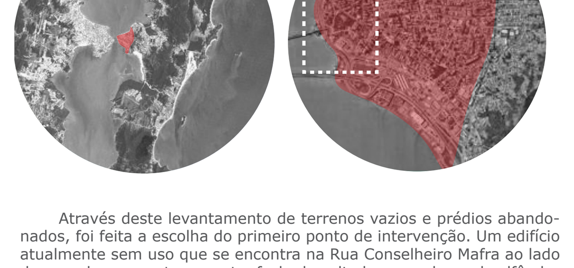
O ponto que este trabalho busca abordar pode ser muito bem descrito pelos seguinte trecho:

"Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida."
(pag.15 Estigma- Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada)

Sendo, no caso, o traço que se impõe à atenção e afasta os que o encontram, a situação de rua, e consequentemente as discriminações atreladas a esse estigma. O que se busca neste trabalho é expor a existência de tal estigma e assim, tentar desconstruí-lo e atribuir à esses indivíduos um valor que ultrapasse os limites de sua imagem, e que nos permita entender sua situação para que se possa tentar ajudá-lo.

Localização

O centro da cidade é amplamente frequentado pelos dois públicos alvo do projeto, que são a população em situação de rua e o restante da população. Como um dos objetivos principais do projeto é dar visibilidade à população em situação de rua e dificultar o velho hábito de "olhar para o outro lado", primeiro foram pesquisados terrenos vazios no centro da cidade pelos quais o fluxo de pessoas fosse grande, de modo a dificultar que uma intervenção a favor da população em situação de rua passasse em branco.



Através deste levantamento de terrenos vazios e prédios abandonados, foi feita a escolha do primeiro ponto de intervenção. Um edifício atualmente sem uso que se encontra na Rua Conselheiro Mafra ao lado da casa do povo, e tem a outra fachada voltada para o largo da alfândega. Esta edificação foi escolhida principalmente por ser próxima aos locais de maior concentração da população em situação de rua no centro da cidade e também por ser um local de grande fluxo de pessoas, podendo a partir de sua localização, cumprir o objetivo de dar maior visibilidade para a população das ruas.

Tendo em vista que o prédio escolhido não seria capaz de abrigar o programa inteiro de projeto, foi necessária uma nova busca dentro os espaços do centro da cidade que poderiam ser utilizados. Para esta nova busca, os terrenos vazios do centro da cidade, estudados no levantamento anterior, foram descartados por também não possuírem uma área satisfatória o suficiente para o programa a ser implantado.

A partir disto, e também de uma das diretrizes de projeto de "Recuperar prédios e pessoas", foram escolhidos dois terrenos de uma mesma quadra, que atualmente abrigam dois estacionamentos, e tem a particularidade de estarem abrigados por um muro antigo, protegido por uma P2. (Plano diretor Florianópolis). Os terrenos possuem fachadas para as ruas Padre Roma, Francisco Tolentino e Dr. Frederico Rola.

Programa e Projeto

Com base no que já foi evidenciado até agora, é que se fundamentará o projeto proposto por este trabalho. De acordo com o panorama de Florianópolis, a análise sobre a opinião geral a respeito das pessoas em situação de rua, assim como suas necessidades e os pontos destacados pelo Decreto Lei 7053, é que se dará essa proposta de projeto.

É buscando atender o inciso II do artigo 15 do decreto lei 7053: "apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local; " que esta proposta será feita. Ainda que um ponto específico do cenário geral, a criação de um centro de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua abrange várias entidades que se relacionam ao assunto.

A primeira questão que surge, com relação à Florianópolis é a conexão entre essas entidades: ela existe? Por "entidades" podemos entender as ONGs, iniciativas do governo, igrejas, iniciativas da saúde e tantos outros que se dispõe a de alguma forma, ajudar o indivíduo em situação de rua na cidade de Florianópolis. Quando existente, qual é o nível dessa comunicação, e como ela poderia ser melhorada? Esse é um dos pontos que a proposta do centro de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua aqui exposta buscará sanar.

O projeto propõe colocar à disposição da população em situação de rua, o apoio de profissionais adequados para ajudá-los. Seriam esses representados por profissionais que possam prover informação sobre como ter acesso à área da saúde, assistência social, saúde mental, dentre outros, de acordo com as necessidades desses indivíduos.

A proposta tem também por intuito buscar a descentralização desse centro de apoio, sendo composto por não um ponto único dentro da cidade, mas diversas atividades que se deem ao longo do percurso entre os edifícios de intervenção, que se relacionem com o usuário e possam criar uma rotina com o indivíduo em situação de rua. Desse modo podemos quebrar a estigmatização geralmente feita pela população das cidades quanto à um albergue ou centro de ajuda à população em situação de rua, que geralmente são evitados por aqueles que não precisam deles e ao mesmo tempo podemos criar um vínculo com as pessoas em situação de rua, fazendo com que estas desloquem-se pela cidade de acordo com os cronogramas de apoio e atividades propostas.

Além disso, um grande ponto de integração com a população em situação de rua é a implantação do restaurante popular, que é aberto a toda população, o que incentivaria também o convívio entre grupos. Junto com a proposta de intervenções culturais, como teatro na rua, dança, brechó, entre outros em pontos estratégicos do percurso, funcionaria como um método de fortificar a criação deste vínculo e integração.

Para que este tipo de abordagem obtenha sucesso, a criação de um vínculo com a população em situação de rua é essencial, então é necessário, além da iniciativa inicial de se criar uma proposta de projeto que abrace as principais necessidades dessa população, é preciso que exista a capacitação e a sensibilização dos profissionais que atuarão no projeto com relação à população em situação de rua. É necessário que se tenha em mente que se o apoio ali oferecido é para semelhantes: pessoas, em uma situação que difere da considerada "normal". A conscientização dos profissionais e principalmente, seu senso de empatia é fundamental, para que se crie uma conexão efetiva com esses indivíduos e se possa ajuda-los de fato.

Questão do Patrimônio

Ambos os terrenos escolhidos se encontram em uma área denominada pelo Zoneamento como ACM 12.5 (área mista central). De acordo com o Plano Diretor de Florianópolis, Área Mista Central (AMC) se caracteriza por ser de alta densidade, complexidade e miscigenação, destinada a usos residenciais, comerciais e de serviços.

Além disso, como parte da proposta é a recuperação de prédios e pessoas, os dois terrenos escolhidos são classificados como P2 pelas leis de patrimônio de Florianópolis. O que significa que suas fachadas devem ser conservadas, mas são permitidas alterações no seu interior.

De acordo com o Decreto 521.89 - Classificação dos conjuntos históricos tombados pelo decreto número 270.86 uma P2 é : Imóvel partícipe de conjunto arquitetônico, cujo interesse histórico está em ser desse conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamento externos não sejam afetados, de forma a manter-se intacta a possibilidade de aquilatar-se o perfil histórico urbano.

O projeto principal tem por intenção restaurar o muro original, e, embora a volumetria de seu interior ultrapasse a altura do muro, esta escolha se justificativa pela necessidade do programa de um segundo andar, para abrigar mais acomodações e ao mesmo tempo a diferença de altura não é de grande impacto da perspectiva do pedestre, de modo que as aterações no perfil histórico não são de grande significância.

Esse projeto busca estudar a situação dos moradores de rua da grande Florianópolis. As indagações iniciais se dão em relação a: Quem são essas pessoas? Quais suas histórias? Do que precisam? Porque estão na rua? Possuem o desejo de mudar sua realidade atual? Esses e tantos outros questionamentos surgem quando abordamos o tema.

A partir destes questionamentos e do estudo da população em situação de rua, por meio de experiências junto da mesma e da análise de sua vivência do centro da cidade, resolvi tomar partido de edificações abandonadas e subutilizadas dentro do quadrante central de Florianópolis. Como exposto anteriormente, um dos terrenos abriga dois estacionamentos e um muro protegido por P2 e o outro prédio se encontra sem uso e fica no largo da Alfândega, uma área onde transitam muitas pessoas diariamente, de maneira a permitir que a intervenção cause impacto.

A escolha destas edificações se deu junto do ideal principal de partido para este projeto "Recuperar prédios e pessoas em situação de abandono". A partir disto e do ideal de integração entre as populações, estes prédios irão abrigar atividades que alcancem todos os públicos. No projeto construído a proposta é a criação de um restaurante popular térreo com quartos para abrigar a população em situação de rua nos andares acima. Assim como banheiros públicos, um pátio para atividades culturais, entre outras utilidade. Paralelamente a intervenção no outro prédio se dá de maneira mais artística do que arquitetônica, a proposta é abrir seu andar térreo, de modo a possibilitar a passagem direta entre o Largo da alfândega e a rua Conselheiro Mafra e abrigar dentro do prédio exposições, aulas de teatro, dança, dentre outras atividades que sejam capazes de dar voz à população de rua e criar a integração com o restante da população, uma vez que as atividades serão abertas para todos.

Evolução da volumetria

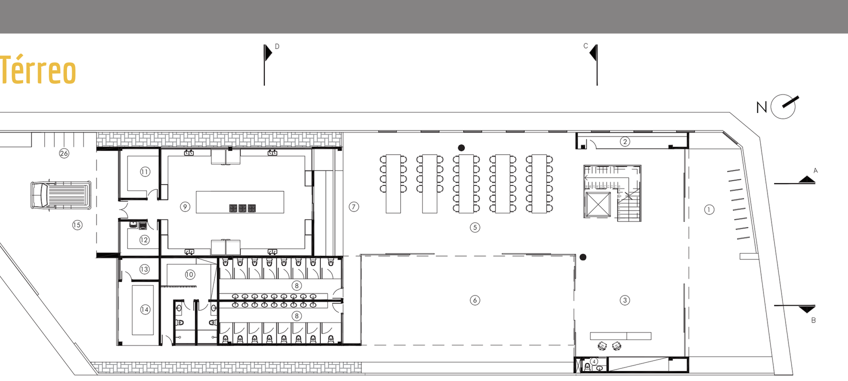
Ambientes

1- Bicicletário	10- Vestiário dos funcionários	19- Sala dos funcionários
2- Armário para utilidades prediais	11- Despensa	20- Salão de convivência
3- Recepção do restaurante popular	12- Depósito material de limpeza	21- Quarto abrigo
4- Banheiro de funcionários	13- Casa de gás	22- Banheiros abrigo
5- Restaurante popular	14- Depósito de lixo	23- Lavanderia
6- Pátio	15- Carga e Descarga- Veículos	24- Reservatório de água
7- Distribuição de alimentos	16- Circulação vertical	25- Quarto abrigo
8- Banheiro público	17- Recepção do abrigo	26- Estacionamento*
9- Cozinha	18- Sala de reuniões	

* Estacionamento para pertences (como carrinhos) trazidos pelos usuários da casa de apoio

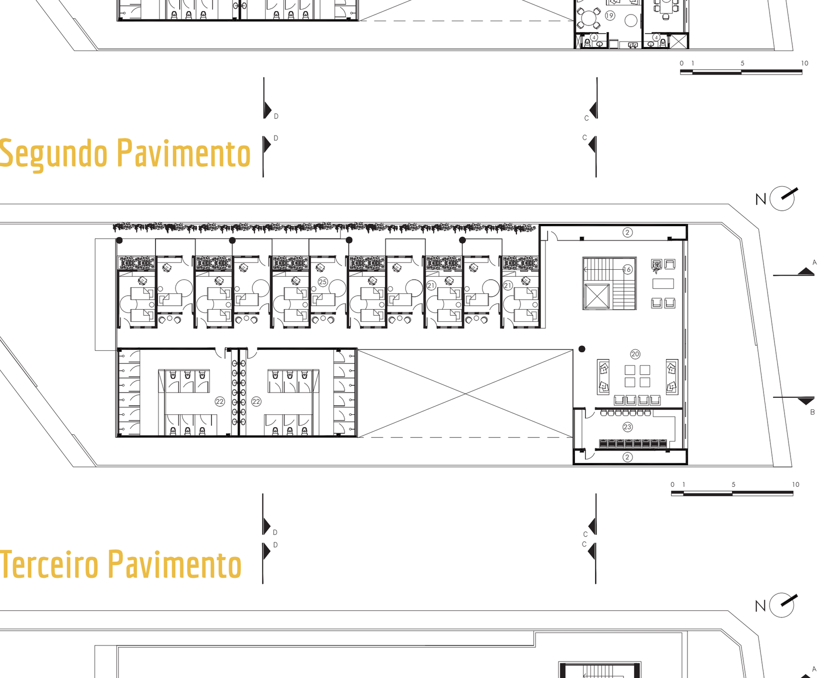
Equipamentos

Planta Baixa Térreo

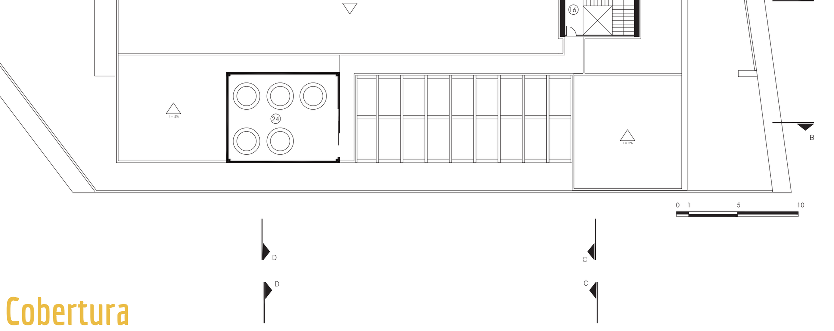


Planta Baixa Primeiro Pavimento

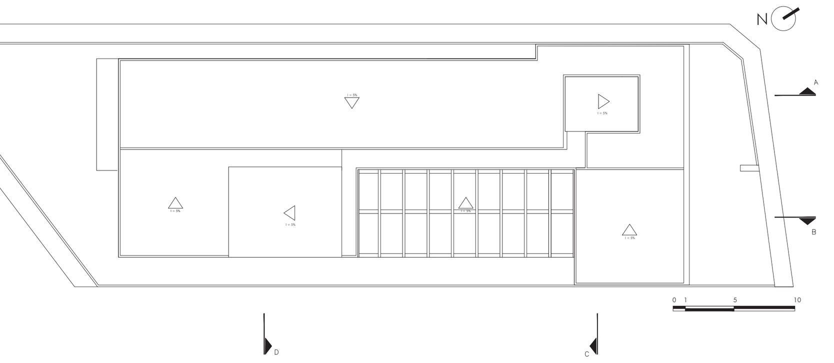
Planta Baixa Segundo Pavimento



Planta Baixa Terceiro Pavimento



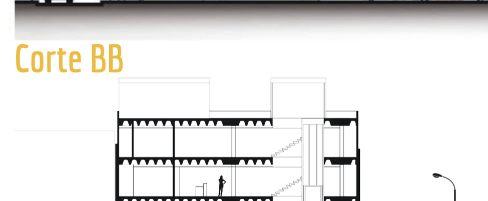
Planta de Cobertura



Cortes

Corte AA

Corte BB



Corte CC

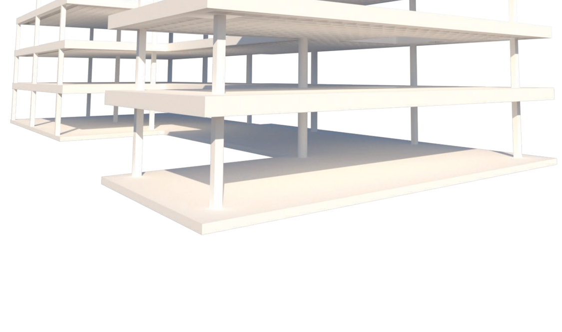
Corte DD

Tectônica

Para o lançamento do projeto estrutural foram considerados fatores como o partido do projeto: o ideal de grandes vãos para as atividades planejadas, o limite de altura imposto pelo muro pré existente, a disposição dos ambientes e a construtibilidade do projeto.

O lançamento estrutural se deu com base nas análises apresentadas no livro A Concepção estrutural e a arquitetura, de Yopanan Rebello. A partir da investigação dos diferentes sistemas construtivos e do estudo de qual poderia melhor atender as necessidades de projeto, foi escolhida a laje nervurada pela sua versatilidade e sua capacidade de atender grandes vãos. O maior vão a ser vencido pela estrutura foi de 20 metros, a partir deste vão que se pode calcular a altura da laje nervurada a ser adotada, no caso deste projeto, a altura final da laje ficou com 60 cm, também com base na "A concepção estrutural e a arquitetura".

Também é importante ressaltar que para o lançamento das estruturas foi considerada a laje nervurada com a utilização de vigas-faixa e capitéis. O sistema construtivo da escada se dá através do apoio em uma das vigas faixa por um lado e no cabeamento de seu patamar, sustentados por tirantes que se ligam à laje superior.

Com relação ao grande vão central do pátio, que possui uma cobertura responsável por vencer 18 metros, a escolha de sua estrutura, responsável por vencer esta distância se apoiando em duas vigas faixa e suportar o fechamento de vidro, se deu pelo diferencial de um ser material que possa funcionar bem com este comprimento e que ao mesmo tempo não ficasse de uma altura muito grande no projeto. Sendo assim, foi escolhido o uso do aço para a estrutura destas vigas, que de acordo com Yopanan, ficarão com 90cm de altura em seu maior comprimento e podem ser intervaladas a cada 7 metros.

A solução escolhida para a cobertura foi o uso do telhado com 5% de inclinação, com o uso da telha de fibrocimento e a impermeabilização dos locais onde não é utilizado o telhado.